

*Ata da 96ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 05 de outubro de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antonio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó (62). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão e, atendendo requerimento legalmente assinado com base no inciso II, art. 92 do Regimento Interno convocou uma Sessão Extraordinária a realizar-se dois minutos após o término desta, com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei de nºs: 21.432/2015, 21.435/2015, 21.449/2015, 21.158/2015, 21.075/2015, 21.107/2015 e 21.118/2015. PEQUENO EXPEDIENTE – Oradores inscritos - O Deputado Luciano Ribeiro parabenizou a Presidência pela obediência ao Regimento Interno. Prosseguindo, teceu comentários sobre o PL nº 21.432/2015, que “Dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, e dá outras providências”. Finalizando, ressaltou o compromisso da Bancada de Oposição com a população baiana e parabenizou o Jurídico da Bancada pela liminar alcançada no que tange à cobrança de taxa de vistoria veicular. O Deputado Zé Neto comentou a excepcionalidade do que aconteceu na Sessão, pois não havia precedente quanto a sucessão de uma Sessão Ordinária logo ao final de uma Sessão Extraordinária. Dando continuidade, falou sobre a legitimidade das matérias a serem apreciadas nesta tarde, ressaltando que são vitais para a continuidade e efetivação do programa de governo. Parabenizou o Ex-Governador Jaques Wagner pela nova posição que passou a ocupar como Chefe da Casa Civil da Presidente Dilma Rousseff. O Sr. Presidente deferiu a questão de ordem do Deputado Adolfo Viana quanto ao art.106 do Regimento Interno, para que siga a ordem de inscrição de oradores no Pequeno Expediente. O Deputado Adolfo Viana destacou a importância do

cumprimento do Regimento Interno para a manutenção da ordem na Casa e parabenizou o Deputado Adolfo Menezes pela rapidez com que resolveu a questão, preservando o Regimento e assegurando os direitos dos parlamentares. O Deputado Pastor Sargento Isidório informou que a decisão do TRE, por unanimidade, concedeu-lhe o direito de migrar para outro partido e assim poder disputar a eleição para Prefeito de Salvador. Apresentou Moção de Aplauso à CNBB Região Nordeste por manifestar-se contrária à matéria que tramita na Casa e trata da ideologia de gênero. O Deputado Rosemberg Pinto respondeu às questões levantadas sobre o plano de aplicações dos recursos a serem obtidos através da captação de empréstimo pleiteado pelo Governo em matéria a ser apreciada nesta tarde. Opinou sobre a necessidade de criar um plano integrado de segurança pública para o País, já que a violência é um problema em diversos Estados do Brasil. Por fim, solicitou aos pares a aprovação dos projetos a serem apreciados. O Deputado Pablo Barrozo disse que alguns pareciam cegos quanto às questões envolvendo a segurança na Bahia. Citou algumas iniciativas do Governo de Pernambuco que vêm reduzindo o número de homicídios no Estado. No que se refere ao projeto de empréstimo encaminhado pelo Executivo, disse que é necessário deixar claro qual o destino dos recursos e externou expectativa quanto a vinda de recursos para a Bahia agora que o Ex-Governador Jaques Wagner é o Chefe da Casa Civil, tempo em que criticou o governo de Rui Costa. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve orador inscrito. Horário do PSDB/PRB/PSC – O Deputado Alan Sanches falou sobre o péssimo estado das rodovias e, em especial, daquela que dá acesso a São Miguel das Matas, que causou prejuízo ao automóvel dele. Prosseguindo, externou decepção pelo uso do Ministério da Saúde para fazer “barganha política”. Fez, também, a leitura de matéria publicada no jornal *A Tarde* tratando da doação de órgãos, aproveitando para salientar que a população precisa de muito mais para o atendimento de saúde, principalmente na marcação de cirurgia eletiva. O Deputado Carlos Geilson disse ter ouvido atentamente a fala do Deputado Rosemberg Pinto, no entanto, informou que a Oposição deseja saber claramente onde os recursos pleiteados no empréstimo de quatrocentos milhões de dólares serão aplicados. Concluindo, externou a vontade de poder morar na Bahia pintada na propaganda, aproveitando, ainda, para destacar que o gasto com publicidade do governo atual é de três vezes mais do que se gastava anteriormente. O Sr. Presidente registrou a presença de alunos do Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro, que participam do Programa A Escola e o Legislativo. Foi aprovada, com o voto contrário dos deputados da Oposição presentes, a prorrogação da Sessão por até 1.000 minutos. Horário do PMDB – O Deputado Luciano Simões Filho, após saudar os alunos presentes nas galerias, tratou do empréstimo a ser aprovado naquela tarde, salientando que não ficou definida a quem se destina. Comentou a condição de violência que reina na Bahia, aproveitando para questionar se os recursos do empréstimo serão destinados à segurança pública, educação e saúde do Estado. Concluindo, falou sobre o descaso com o Rio São Francisco e, também, sobre o descrédito do Brasil no mercado internacional, deixando de ser um atrativo para os investimentos internacionais. O Deputado Sidelvan Nóbrega disse que gostaria de perguntar aos

alunos presentes sobre a segurança pública. Prosseguindo, disse que caminhavam para a votação de projeto que prevê a contratação de crédito de mais de R\$ 1 bilhão para um Governo que não cumpre as promessas de campanha. Disse que o principal para que a matéria do empréstimo seja ratificada pela Bancada de Oposição é a existência de um plano de investimento, evitando que seja entregue um cheque em branco para o Governo. Em seguida, procedeu à leitura de matéria da revista *Veja* tratando do aumento da energia elétrica para os consumidores. O orador foi aparteado pelo Deputado Rosemberg Pinto. Horário do DEM/PV – O Deputado Pedro Tavares criticou o Executivo por ter encaminhado em regime de urgência o projeto para a contratação de crédito de mais de R\$ 1 bilhão, evitando que haja a discussão devida. Parabenizou a Bancada de Oposição pela maneira como vem conduzindo os trabalhos, não deixando que um cheque em branco seja passado ao governo, tempo em que cobrou um cronograma de aplicação dos recursos a serem contratados. O orador foi aparteado pelo Deputado Sidelvan Nóbrega. O Deputado Hildécio Meireles informou ter encaminhado ofício ao TCE solicitando a senha do sistema de acompanhamento das contas públicas. Concluindo, observou que o financiamento pretendido pelo Executivo deve conter a explicação clara de que modo e para onde serão destinados os recursos, lembrando que de 2007 até 2014 a Casa já autorizou R\$ 8 bilhões em financiamentos. ORDEM DO DIA - Em discussão única e votação, foi aprovado, com votos SIM – 37, NÃO – 15 e ABSTENÇÃO - 01, o Projeto de Lei nº 21.432/2015, de procedência do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, e dá outras providências”; a matéria foi discutida pelos Deputados: Alan Sanches, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões Filho, Pedro Tavares, Sidelvan Nóbrega, Marcell Moraes, Hildécio Meireles, Pablo Barrozo, José de Arimatéia, Soldado Prisco, Tom Araújo, Augusto Castro e Sandro Régis; e encaminhada pelos Deputados: Eduardo Salles, Marcell Moraes, Luciano Ribeiro, Pablo Barrozo, Adolfo Viana, Fábio Souto, Luciano Simões Filho, Hildécio Meireles, Herzem Gusmão, Sidelvan Nóbrega, Pedro Tavares, Tom Araújo, Leur Lomanto Júnior, Soldado Prisco, Sandro Régis, José de Arimatéia e Pastor Sargento Isidório. Em discussão única e votação, foi aprovado, com votos SIM – 37, NÃO – 19, o Projeto de Lei nº 21.435/2015, de procedência do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia”; com voto em separado do Deputado Luciano Ribeiro, que foi discutido no âmbito das Comissões pelos Deputados: Luciano Ribeiro, Sidelvan Nóbrega, Leur Lomanto Júnior, Adolfo Viana, Fábio Souto, Marcell Moraes, José de Arimatéia, Soldado Prisco, Pedro Tavares, Pablo Barrozo, Alan Sanches, Sandro Régis, Luciano Simões Filho e Herzem Gusmão; a matéria foi discutida pelos Deputados: Tom Araújo, Adolfo Viana, Marcell Moraes, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Fábio Souto, Luciano Ribeiro, Alan Sanches, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, José de Arimatéia, Pedro Tavares, Herzem Gusmão e Luciano Ribeiro; e encaminhada pelos Deputados: Luciano Ribeiro, Fábio Souto, Adolfo Viana, Sidelvan

Nóbrega, Soldado Prisco, Herzem Gusmão, Marcell Moraes, José de Arimatéia, Sandro Régis, Alan Sanches, Pablo Barrozo, Pedro Tavares, Leur Lomanto Júnior, Hildécio Meireles, Luciano Simões Filho, Tom Araújo, Carlos Geilson e Augusto Castro. Durante o processo de votação, a Sessão foi suspensa por vinte minutos. Reabertos os trabalhos, foi votada a prorrogação da Sessão por até 209 minutos e o Sr. Presidente solicitou que as palavras ofensivas pronunciadas fossem retiradas das notas taquigráficas e que os Deputados mantivessem a cordialidade. O Sr. Presidente indeferiu a questão de ordem feita pelo Deputado Pablo Barrozo com referência ao art. 82 do Regimento Interno. O Projeto de Lei nº 21.449/2015, de procedência do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências”, foi relatado pelo Deputado Rosemberg Pinto e discutido pelos Deputados: Sidelvan Nóbrega, Alan Sanches e Leur Lomanto Júnior. O Sr. Presidente, constatada a falta de quórum regimental, solicitação dos Deputados Carlos Geilson e Marcelino Galo, declarou encerrada a Sessão, à qual deixou de comparecer o Deputado Roberto Carlos (01).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -